

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: CARLA MARIA NOGUEIRA DE CARVALHO

TÍTULO: INTERFACES DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

AUTORES: CARLA MARIA NOGUEIRA DE CARVALHO, CARLA MARIA NOGUEIRA DE CARVALHO, SOLANGE CHRISTINA CARNEIRO RODRIGUEZ

PALAVRA CHAVE: VIOLÊNCIA ESCOLAR, RELAÇÃO DE PODER, EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE, CULTURA

RESUMO

O trabalho em questão tem sua gênese no Programa Educação e Diversidade desenvolvido no Curso de Pedagogia da UEMG, Unidade Acadêmica de Campanha, que reflete e vivencia pesquisa, ensino e extensão com os acadêmicos, professores das escolas de educação básica, entre outros, considerando as interfaces e implicações da diversidade no contexto educacional. Parece ser possível afirmar que, no contexto de crise da razão, a violência tem sido uma das opções de expressão dos seres humanos. A violência escolar seria mais uma entre os demais problemas da violência urbana se não fosse o fato de ser vivenciada em um espaço de formação humana, que deveria, em tese, corroborar para a leitura e entendimento do mundo, bem como para a convivência coletiva de forma ética e solidária. É importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina. Nesse sentido, questiona-se: Qual o papel da educação e da escola diante de uma sociedade com características violentas cujos reflexos podem ser sentidos inclusive no próprio ambiente escolar? Assim, o presente trabalho, através de pesquisa bibliográfica, à luz das contribuições de Bourdieu, Foucault, Funk, Freire e Passeron, reflete sobre as implicações da violência na escola, bem como sugere possíveis caminhos a serem percorridos para minimizar o problema dentro da instituição escolar. A violência, sendo um fenômeno comum na vida em sociedade, não se deixa definir de maneira simples, tampouco consensual. No entanto, apesar das muitas visões sobre o fenômeno, a idéia de violência incorporou, tradicionalmente, um conteúdo de coerção, agressão ou violação de indivíduos ou grupos sociais no que diz respeito à sua integridade física ou moral e a seus direitos. Bourdieu menciona a reprodução cultural e a reprodução social: "[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da 'ordem social' uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força." (BOURDIEU, 1998, p.311) A consolidação da violência simbólica permite que a escola não exerça necessariamente a violência física, mas sim a violência mediante forças simbólicas, ou seja, pela doutrinação e dominação, que força as pessoas a pensarem e a agirem de tal forma que não percebem que legitimam com isso a ordem vigente. Desse modo, o sistema educacional consegue reproduzir por meio de uma violência simbólica as relações de dominação, ou seja, a estrutura de classes, reproduzindo de maneira diferenciada a ideologia da classe dominante. Assim, Bourdieu considera o processo educativo uma ação coercitiva, definindo a ação pedagógica como um ato de violência, de força. Neste ato são impostos aos educandos sistemas de pensamento diferenciais que criam nos mesmos, hábitos diferenciais, ou seja, predisposições para agirem segundo um certo código de normas e valores que os caracteriza como pertencentes a um certo grupo ou uma classe. Então a autoridade pedagógica que vise destruir a violência simbólica destrói a si própria, pois ela mesma é um poder que legitima a violência simbólica. Os alunos não só reconhecem seus professores como autoridade, como também validam as mensagens que por eles são transmitidas, recebendo e interiorizando as informações. Isto garante uma reprodução cultural e social da classe dominante, uma vez que, geralmente, os professores reproduzem os valores desta. No Brasil, o conteúdo trabalhado nas escolas, geralmente, é aquele que interessa à perpetuação da hegemonia cultural da classe média e alta: a realidade do branco, urbano e bem sucedido é passada como exemplo natural de sucesso, mesmo já havendo leis que mostram que também se deve trabalhar a cultura indígena, africana e do campo, ou seja, daqueles que de alguma forma ainda são menos favorecidos pelo processo histórico e social. Quando trabalhado as culturas negra e indígena, estas são mostradas como algo à parte dos costumes da classe dominante, tornando-nos alienados quanto à sua presença no cotidiano. Aponta-se ainda que as peculiaridades regionais são trabalhadas a título de curiosidade apenas. Conclui-se que as instituições de ensino devem buscar uma educação para a diversidade, uma ética da diversidade e uma cultura da diversidade, necessitando-se assim ressignificar o saber da escola e a formação do educador. Numa época de violência, de agressividade, o professor deverá promover o entendimento com os diferentes e a escola deverá ser um espaço de convivência, onde os conflitos são trabalhados, não camuflados.